

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT1 - SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE

**ETARISMO NA UNIVERSIDADE: DIREITO, SAÚDE MENTAL E OS
DESAFIOS DA PESSOA IDOSA NO ENSINO SUPERIOR**

Amanda Souza Braga (advamandasbraga@gmail.com)

Camila Manhães Fernandes Nobrega (camilamfnobrega@gmail.com)

Valtair A. Miranda (valtairmiranda@gmail.com)

O ingresso e a permanência de pessoas idosas no ensino superior, seja em graduações regulares, programas de extensão ou pós-graduação, têm se tornado cada vez mais frequentes, evidenciando a universidade como espaço de envelhecimento ativo e de exercício do direito à educação ao longo da vida. Contudo, essa presença é frequentemente atravessada por manifestações de etarismo, expressas em estereótipos sobre capacidade cognitiva, comentários deslegitimadores, isolamento social e dificuldades de adaptação pedagógica, fatores que impactam diretamente a saúde mental do estudante idoso. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, as relações entre etarismo, direito e saúde mental no contexto de idosos que estudam ou se graduam, discutindo os fundamentos jurídicos de proteção contra a discriminação etária e seus reflexos no bem-estar psíquico dessa população. Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica sobre legislação, direitos humanos e literatura das áreas de direito e saúde mental. Observa-se que, embora a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa assegurem o direito à educação e vedem qualquer forma de discriminação em razão da idade, a efetivação prática desses

dispositivos ainda é frágil, sobretudo diante da ausência de políticas institucionais específicas de acolhimento a estudantes idosos. Soma-se a isso a persistência de um imaginário social que associa a vida universitária exclusivamente à juventude, o que contribui para invisibilizar as demandas específicas do estudante idoso e para naturalizar práticas discriminatórias veladas no cotidiano acadêmico. Os efeitos do etarismo sobre a saúde mental incluem quadros de ansiedade, insegurança acadêmica, sentimento de não pertencimento e, em casos mais graves, evasão escolar tardia, além de agravamento de sintomas depressivos preexistentes diante da falta de suporte institucional adequado. A escassez de estudos nacionais sobre o tema reforça a necessidade de investigações que articulem os campos do direito e da saúde mental para compreender essa realidade em profundidade. Conclui-se que o combate ao etarismo no ambiente universitário exige não apenas a aplicação efetiva do arcabouço jurídico antidiscriminatório, mas também a construção de práticas pedagógicas e institucionais inclusivas, capazes de reconhecer a pessoa idosa como sujeito legítimo de aprendizagem e de proteger sua saúde mental ao longo da trajetória acadêmica.

Palavras-chave: etarismo; direito; saúde mental; pessoa idosa; ensino superior.